

## JESUS EM SEU CONTEXTO

Pe. Paulus Seeanner, ORC

“No ano décimo-quinto do império de Tibério César, sendo governador da Judéia Pôncio Pilatos, tetrarca da Galiléia Herodes, Filipe seu irmão tetrarca da Ituréia e da Traconites, e Lisânias tetrarca de Abilene, sob o pontificado de Anás e Caifás, foi dirigida a palavra de DEUS a João, filho de Zacarias, no deserto. E ele percorreu toda a região do Jordão, pregando o batismo de penitência para a remissão dos pecados” (Lc 3,1-3).

O exórdio solene com o qual Lucas introduz a pregação de S. João Batista, indica a natureza complexa da situação histórica na qual vai inserir-se a vida e pregação de JESUS. Não é difícil deslindar e discernir no texto evangélico citado os três elementos culturais *romano, helenístico e judaico*. Estudaremos brevemente o contexto político, religioso e econômico-social do tempo de JESUS.

### 1. O contexto político: O Domínio dos Romanos e dos Herodes

#### Herodes Magno

No ano 63 a.C. Pompeu, vencedor da campanha do Oriente, invadiu a Palestina com as legiões romanas expugnando Jerusalém. A sua intervenção tinha o escopo, em aparência, de pôr fim à guerra civil entre Hircano II e Aristóbulo II, os dois irmãos hasmoneus que disputavam o trono erguido um século antes pelos heróicos Macabeus; na realidade sendo vencido Aristóbulo II e conduzido prisioneiro a Roma, foi deixado a Hircano II somente o poder religioso sacerdotal, e o território palestinese, dividido em 11 distritos, foi anexado à província romana da Síria e feito tributário de Roma<sup>71</sup>.

---

<sup>71</sup> As tergiversações, o comportamento ilógico e inconstante de Aristóbulo, obrigaram a Pompeu a tê-lo prisioneiro e a invadir o Templo onde estavam refugiados os aristobulanos. Depois de três meses de assédio, a resistência foi quebrada (outono de 63) e seguida de um massacre de 12.000 judeus, devida mais à vingança dos fariseus hircanianos do que às espadas romanas. “Nesta ocasião, talvez no mesmo dia, Pompeu fez a sua famosa inspeção dentro do santuário indo até o ‘santo dos santos’. De todos os objetos de ouro e dos 2.000 talentos encontrados nos vários locais nada tocou; mas a repentina presença daquele pagão, num lugar onde só uma vez por ano podia entrar o sumo sacerdote, foi recebida por todos os judeus indistintamente com grande medo. Além das razões militares, no gesto de Pompeu deve haver

A liberdade moral e religiosa reconhecida a todos os judeus não os consolava contudo da perda da independência nacional. Renascia no fundo dos ânimos o antigo ódio contra o estrangeiro enquanto o messianismo acentuava a sua involução nacionalística e terrena. Pompeu, antes de partir, tinha colocado ao lado de Hircano, como ministro e prefeito do palácio, o nobre idumeu Antípatro, o qual, com a mulher árabe Kypros e os filhos Fasael e Herodes, então com a idade de dez anos, apressou-se logo a estabelecer-se em Jerusalém dividindo a intimidade da corte hasmonêia.

No ano 49, tendo atravessado o Rubicão, César inicia a guerra civil contra Pompeu. Antípatro corre ao Egito para ajudar César. No ano 47 este, em troca dos auxílios recebidos, concedeu a Hircano, com o título etnarca dos judeus, o poder político que lhe fora tirado por Pompeu, e nomeou Antípatro procurador, confiando aos seus dois filhos Fasael e Herodes o governo respectivamente da Judéia e da Galiléia.

Desde esse dia começaram a delinear-se as ambições de Herodes: construir um trono sobre as ruínas do glorioso trono dos hasmoneus, desfrutando a debilidade de Hircano e a simpatia dos romanos, alternando conforme a ocasião as armas da astúcia com as da violência. Foi partidário de César até os idos de março de 44, depois aderiu aos republicanos sustentando Bruto e Cássio; após Filipos (a. 42) foi partidário de Antônio, o qual, sensível às adulações e ao dinheiro, convenceu o colega Otaviano a apresentar ao senado a candidatura de Herodes para rei. Foi assim que no outono de 40 o senado de Roma proclamou Herodes *rex amicus et socius populi romani*. Depois da derrota de Antônio na batalha de Ácio (31 a.C.), Herodes logrou habilmente aproximar-se do vencedor Otaviano que o reconfirmou no cargo. Não menos cínica e desumana foi sua conduta para com os hasmoneus. Depois de ter sustentado Hircano II contra o pretendente Antígono, filho de Aristóbulo II, e ter recebido como esposa a nobilíssima Mariamne - sobrinha de Hircano II e de Aristóbulo II, - desfez-se do irmão dela, Aristóbulo III, último descendente dos hasmoneus (35 a.C.), porque era idolatrado pelo povo; em seguida, movido pelas intrigas da irmã Salomé, chegou a suprimir a própria Mariamne (29 ou 25? a.C.) e a mãe dela Alexandra, filha de Hircano II. Restavam ainda junto de Costobar, prefeito da Iduméia, duas crianças de sangue macabeu: também elas

---

uma boa parte de curiosidade: contavam-se tantas coisas daquele misterioso Templo, que eles, aproveitando a ocasião, quiseram ver com seus próprios olhos o que havia dentro na realidade. Não é difícil imaginar-se Pompeu que, com a espada na mão, se adentra cauteloso através do 'santo'; soergue e emocionado a cortina que estava diante da porta pentagonal, preparado para divisar uma cabeça do asno ou algum monstruoso simulacro. Porém na obscuridade do "santo dos santos" nada distingue a não ser a "vacuam sedem et inania arcana" (Tácito, *Hist.*, V,9). Era Pompeu o que realizava aquele gesto ou era a humanidade inteira?" G. RICCIOTI, *Storia d'Israele*, II, 355s.

foram eliminadas juntamente com seu protetor e muitos outros nobres partidários dos hasmoneus.

É evidente que o sanguinário rei idumeu, romanófilo e imoral, não despertasse nos judeus senão ódio e desprezo; compreende-se por isso como se tenha visto obrigado a ostentar, em várias ocasiões, por razões políticas, um respeito formal pelas instituições religiosas e jurídicas do povo hebraico, e tenha empreendido no ano 20 a.C. aquela obra grandiosa da ampliação e embelezamento do Templo, que o tornou uma das maravilhas do mundo antigo (Jo 2,20; Mt 24,1; Mc 13,1).

Os últimos anos da vida de Herodes foram tristes. Desordens públicas internas, ataques árabes do exterior, desconfiança da parte de Augusto<sup>72</sup> que lhe tirou a faculdade de designar a sucessão sem o consentimento de Roma, matança dos filhos de Mariamne: cinco dias antes de morrer o velho sanguinário, vítima de úlceras verminosas, ordenava ainda a morte do filho Antípatro. A morte o colheu em Jericó pela Páscoa do ano 750 de Roma (= 4 a.C.). JESUS tinha então dois ou três anos<sup>73</sup> (cf. Lc 2,1-5; Mt 2,16).

### **Os sucessores de Herodes**

Ao morrer, Herodes deixava o reino a três de seus filhos: Arquelau era designado rei da Judéia, Samaria e Iduméia; Antipas, da Galiléia e Peréia; Filipe, das regiões setentrionais (Ituréia, Traconítide, Gaulanítide, Batanéia, Auranítide). Mas o testamento devia ser ratificado por Augusto: a situação complicou-se pela insurreição que explodiu logo em Jerusalém naquela Páscoa, enquanto os herdeiros entravam em litígio entre si.

A fim de defender mais eficazmente seus direitos, Arquelau partiu para Roma; seguiu-o logo uma legação de judeus para pedir aos romanos a abolição do regime herodiano e a anexação à província da Síria (cf. Lc 19,12.14.17).

Antipas também partiu para Roma. No entanto o incêndio da revolta deflagrava-se na Judéia e na Peréia; a Galileia, onde JESUS crescia, estava em ebulição, agitada por um certo Judas (At 5,37); combateu-se desesperadamente em

---

<sup>72</sup> Provavelmente o recenseamento referido em Lc 2,1 e silenciado por Flávio Josefo tenha sido exigido por Augusto a Herodes como sinal de renovada submissão. Cf. U. HOLZMEISTER, *Storia die tempi...*, 28ss.

<sup>73</sup> Segundo Mt 2,16ss uma das últimas crueldades do monarca velho e desconfiado foi o massacre das crianças de Belém e cercanias quando da notícia do nascimento do “Rei dos judeus”. O fato, mesmo não sendo confirmado pelas testemunhas profanas, insere-se num contexto histórico plenamente aceitável.

Séforis, a poucos km de Nazaré, mas o legado da Síria, Quintílio Varo, logrou subjugar os revoltosos; a repressão foi terrível: dois mil judeus foram crucificados.

Augusto no entanto tinha ratificado o testamento de Herodes, porém com algumas modificações: Arquelau devia contentar-se com o modesto título de etnarca, enquanto Antipas e Filipe eram proclamados tetrarcas das respectivas regiões exercitando o poder sob o controle do legado da Síria, como vassalos de Roma. O reino de Herodes Magno não existia mais.

Arquelau mostrou-se digno descendente de Herodes, cruel, cínico e despótico (cf. Mt 2,22-23):

depôs por duas vezes o sumo sacerdote; desposou contra a lei judaica a cunhada Glafira, repudiando a esposa legítima, exacerbou o povo com impostos pesados para continuar a tradição de magnificência do pai. Não podendo mais suportar, judeus e samaritanos enviaram uma legação a Augusto, o qual esta vez os ouviu<sup>74</sup>: Arquelau foi deposto e enviado ao exílio em Viena na Gália (6 d.C.). O governo do seu território foi confiado a um procurador romano.

Herodes Antipas (chamado simplesmente Herodes nos Evangelhos, nas moedas, em Flávio Josefo, e designado como rei, conforme o uso popular, nos Evangelhos) habitou primeiro em Séforis, mas em seguida (entre 12 e 22 d.C.) construiu uma capital de gosto helenístico, à margem ocidental do lago, denominando-a Tiberíade, do nome do imperador Tibério. Foi o soberano que reinou na época de JESUS do qual teve várias vezes que interessar-se (Lc 9,7ss; 13,32; 23,6ss). Mantém uma conduta de amizade e de obséquio formal para com o judaísmo religioso, chegando mesmo a ir a Jerusalém nas festas da peregrinação (Lc 23,7) e apoiando junto de Tibério as reivindicações dos judeus contra Pilatos, e isso talvez foi a raiz da inimizade cordial entre os dois (Lc 23,12).

A ruína lhe vem da cunhada Herodíades, mulher de seu irmão Filipe, a qual ele se uniu em matrimônio depois de ter repudiado a mulher legítima, filha de Aretas IV, rei dos nabateus: daí nasce uma guerra com Aretas, terminada com a derrota de Herodes, enquanto o escândalo e a abominação dos judeus culminavam na pregação profética de João Batista, que o rei, para contentar Herodíades, mandou prender na fortaleza do Maqueronte e decapitar, embora com pesar (Mt 14,2ss). Foi ainda a ambição de Herodíades que o induziu a ir a Roma pedir a Gaio Calígula o título de rei,

---

<sup>74</sup> Cf. TÁCITO, *Ann.*, II, 42.

como o tinha obtido naqueles dias o sobrinho Agripa (37 d.C.) ao qual o imperador concedera nada menos que a Judéia, a Samaria e a Iduméia, subtraindo-as aos procuradores romanos. Mas os agentes de Agripa precederam o inepto rei diante do imperador o qual, depois de tê-lo escutado, o relegou ao exílio em Lião (39 d.C.), passando seu reino a Agripa.

Filipe aparece na história como o melhor dos filhos de Herodes. Seu reino na Transjordânia do norte era constituído em maioria por pagãos que ele administrou sabiamente sob a proteção de Roma. À sua morte (34 d.C.) os territórios foram anexados à província da Síria (34-37), antes de passar às mãos de Agripa (41), o qual logrou assim reunir por breve tempo em suas mãos todo o antigo principado de Herodes Magno (41-44 d.C.).

### **O procurador romano**

Destituindo Arquelau, Augusto, em vez de anexar a Palestina ao legado imperial da Síria, tinha preferido nomear um procurador que a governasse em seu nome. O procurador da Judéia e Samaria recebia diretamente do imperador todos os seus poderes, a saber, legislativo e judiciário, além do encargo de arrecadar os tributos; até o poder capital, subtraído à autoridade judaica, era transferido às suas mãos, como atestam Filo<sup>75</sup> e Flávio Josefo<sup>76</sup>, além de Jo 18,31 e a unânime narração da Paixão dos Sinóticos. Quanto ao poder militar, suas forças eram muito modestas, não tendo à disposição verdadeiras e próprias legiões, mas somente tropas auxiliares recrutadas no lugar: cinco coortes de infantaria (uma coorte = cerca de 500 soldados) e uma ala de cavalaria. Era natural portanto que dependesse sob este respeito do legado da Síria, o qual tinha à sua disposição, no dizer de Tácito, quatro legiões. A residência habitual era Cesaréia, a cidade helenística fundada por Herodes; durante as festas em Jerusalém subia também ele à capital por motivos de ordem, com um forte contingente de tropa, instalando-se no antigo palácio real ou na fortaleza Antônia, a noroeste do Templo, aumentada por Herodes.

O primeiro procurador nomeado por Augusto foi Capônio (6-9 d.C.); sucedeu-lhe Marco Ambívio (9-12), Ânio Rufo (12-15), Valério Grato (15-26) e finalmente Pôncio Pilatos (26-36). Filo assim o descreve: «Cruel por natureza, não recuava diante de nada na dureza de seu coração...

---

<sup>75</sup> FILO, *Legatio* 39,307.

<sup>76</sup> FLÁVIO JOSEFO, *Ant.* 20,9,1,§ 100-203; *Guerra* 6,3,3,§ 300-309.

### **Deveres e privilégios dos judeus**

Além de receber dos Romanos a moeda e sofrer a presença das forças armadas, os judeus estavam obrigados para com o imperador ao juramento de fidelidade e aos tributos. O primeiro, em vista da autonomia reconhecida aos hebreus quanto à religião, não ia além de um obséquio civil, mas os segundos subordinavam realmente a Palestina aos interesses do império. A quota dos impostos diretos era determinada com base no recenseamento, e a arrecadação o procurador providenciava mediante funcionários de estado recrutados no lugar; além dos impostos pelos bens imóveis, exigia-se de todos indistintamente o tributo pessoal ao qual estavam obrigados todos os de maior idade (cf. Mc 12,14). A arrecadação dos principais tributos indiretos ao invés era dada mediante contrato a privados (publicanos) aos quais se encarregavam diretamente da sua arrecadação. A autoridade romana garantia os arrecadadores de impostos contra o povo, mas ninguém garantia o povo contra as arbitrariedades deles.

Garantida a paz, a obediência política e a contribuição regular dos tributos, Roma, como era sua praxe, não inquietava os vencidos, os quais podiam desenvolver a própria vida segundo as usanças pátrias e as disposições da ordem interna imperturbavelmente. Contudo os judeus, devido às características de seu credo religioso e o ordenamento sacral da sua sociedade, gozavam ainda de privilégios particulares, cuja concessão remontava em parte a Júlio César. Tais privilégios eram: a isenção do culto do imperador, a exoneração do serviço militar, a remoção dos estandartes militares romanos do território judaico, a isenção do foro judicial no dia de sábado, a autorização para matar qualquer pagão que ousasse entrar no interior do templo, o salvo-conduto para arrecadar na diáspora o tributo para o Templo e levá-lo a Jerusalém. A anistia pascal de que falam os evangelhos (Mc 15,6) não é comprovada por documentos profanos; o contexto histórico todavia lhe confere grande credibilidade. Igualmente parece que se deva atribuir a um privilégio dos judeus o fato de que JESUS fosse conduzido ao suplício vestido com suas vestes (Mc 15,20).

### **A decápole e as cidades helenísticas**

O quadro político da Palestina no tempo de JESUS CRISTO compreende ainda uma série de cidades, as quais, embora sendo tributárias dos romanos, gozavam de autonomia em relação tanto a Herodes e seus descendentes como ao procurador romano da Judéia, estando em direta dependência do legado da Síria. Uma dezena destas

idades, todas além do Jordão, formava uma espécie de confederação, a Decápolis Syriae ou Decapolitana região como a chama Plínio, o Velho<sup>77</sup>.

JESUS esteve várias vezes na Decápole onde curou um surdo-mudo (Mc 7,31-37) e aquele possesso que se tornou o primeiro evangelizador da região (Mc 5,2-20); multidões da Decápole o seguiram sobretudo nos inícios de seu ministério (Mt 4,25).

## **2.1. O contexto religioso: A organização religioso-civil do judaísmo**

### **Sacerdócio e pontificado**

Como nos tempos passados os sacerdotes continuavam a representar, teoricamente ao menos, a aristocracia espiritual da nação. Estavam repartidos, como no tempo de Davi, em 24 classes ou categorias cada uma delas presidida por um chefe, e se revezavam semanalmente nos múltiplos serviços do Templo (1Cr 24,3-19; cf. 2Rs 11,9; Lc 1,5-8.23).

A antiga tarefa que lhes fora confiada pela Lei (Dt 17,8-12; 31,9-13) de instruir e formar o povo no conhecimento das Escrituras tinha-se-lhes praticamente escapado das mãos, usurpada pelos escribas. Entre o pessoal que servia ao Templo havia também os levitas (Lc 10,32; Jo 1,19; At 4,36). Chefe dos sacerdotes e dos levitas era o sumo sacerdote o qual desempenhava a função de chefe da nação reunindo em si o poder religioso e o poder civil; este último - como vimos - podia ser independente ou dependente de Roma.

Atribuição fundamental do sumo sacerdote permanecia aquela tradicional de purificar o povo no dia da Expição (10 Tisri, cf. Lv 16; Hb 9,7.25) e de vigiar quer sobre o desenvolvimento do culto, quer sobre a aplicação da Lei. Na época de JESUS CRISTO, além disso, ele era o chefe natural da assembléia suprema do povo judaico, o sinédrio.

### **Sinédrio e escribas**

Os primeiros testemunhos para o termo “sinédrio” são os escritos do NT e Flávio Josefo. No tempo de JESUS era o órgão diretivo supremo da nação para negócios internos de natureza religiosa, administrativa e judiciária, com exclusão apenas

---

<sup>77</sup> *Nat. hist.* 15,3,15; 5,19,77.

da pena de morte, que os romanos tinham reservado para si. A sua autoridade era efetiva sobre toda a Judéia e ao menos moral sobre o resto da Palestina e sobre os hebreus da diáspora. Os membros eram 70 (cf. Ex 24,1.9; Nm 11,16), mais o sumo sacerdote. Três categorias de pessoas participavam desse conselho supremo: os pontífices, os escribas, os anciãos; e todos três são mencionados exatamente pelos evangelhos (cf. Mt 27,41; Mc 11,27; 14,43.53; 15,1; Lc 20,1 etc.)

### **Sinagogas e tribunais civis**

Na época do NT a Palestina era literalmente constelada de sinagogas; não havia centro habitado, mesmo pequeno, que não possuísse a sua. A origem desta instituição deve também ser procurada no exílio, quando os hebreus se reuniam em casas privadas para rezar e ouvir a leitura da Lei. O edifício era ordinariamente uma sala retangular, de três naves, orientadas - ao menos as mais antigas - para Jerusalém; a mobília era simples: um tanque no átrio para as abluções, uma arca no centro da abside com os rolos dos livros sacros, um púlpito para o leitor, bancos de pedra ao longo das paredes e a cátedra de Moisés (Mt 23,2), assento distinto reservado ao presidente da sinagoga (arquissinagogo), que era ordinariamente também o chefe da comunidade local.

Era obrigatório ir à sinagoga nos sábados e nos outros dias festivos; por devoção ia-se também nos outros dias, particularmente nas segundas e quintas-feiras. Frequentava a sinagoga toda a família e de tal modo também as mulheres ficavam associadas à liturgia pública. Estas assembléias sinagogais satisfaziam às necessidades essenciais da alma judaica: oração e estudo da Lei.

O culto sinagoga compreendia nesta ordem: oração que consistia na recitação do “ouve ó Israel” e do “dezoito bênçãos”<sup>78</sup>; leitura de um trecho da Lei e dos Profetas<sup>79</sup>, seguida da tradução em aramaico, acessível ao povo que já não compreendia o hebraico; sermão, feito habitualmente por um escriba ou então por algum dos presentes convidado pelo arquissinagogo (cf. Lc 4,15; 6,6; Jo 6,59); seguia

---

<sup>78</sup> A primeira oração constava dos seguintes trechos bíblicos combinados com três bênçãos: Dt 6,4-9; 11,13-21; Nm 15,37-41; todo varão israelita devia recitá-la cada dia, de manhã e à tarde. A segunda, verdadeira oração que todo israelita era obrigado a recitar três vezes por dia (manhã, tarde, noite), chegou até nós em duas versões: uma breve ou palestinese, uma cumprida ou babilônia.

<sup>79</sup> Cf. Lc 4,17; At 13,15. Para tal finalidade, a lei estava dividida em 154 seções preenchendo um ciclo de três anos; assim também os profetas (isto é: de Josué a 2 Reis e os profetas maiores e menores) eram subdivididos com o fim de oferecer para três anos uma leitura correspondente à lei.



uma breve oração, depois da qual era dada (se estava presente um sacerdote) ou invocada (mudando o “vós” em nós) a bênção de Nm 6,24-26.

Anexos à sinagoga podia haver vários edifícios, como a escola para os meninos, que começa a difundir-se no tempo de JESUS CRISTO<sup>80</sup>, alojamento para os peregrinos e, não longe, a sede do conselho civil, pois assim como Jerusalém possuía o sinédrio, toda cidade também era dotada do seu conselho ou senado civil (conforme Dt 19,12) confiado aos anciãos do lugar, ao qual competia a administração ordinária da justiça; mencionam-no, por exemplo, Mt 5,22 e Flávio Josefo<sup>81</sup>.

### **Taxas, dízimos e oblações**

Não somente a administração jurídico-administrativa interna do judaísmo, mas também a tributária e fiscal era respeitada pelos romanos a ponto de se ter a impressão que o judaísmo fosse sob todos os respeitos um Estado no Estado. Conforme as prescrições da Lei (Ex 13,2) devia ser oferecido ao Templo, e depois resgatado a preço fixo, todo primogênito masculino tanto dos homens como dos animais (cf. Lc 2,23); deviam ser oferecidas as primícias do solo (Ex 34,26) e pagos em gêneros ou em dinheiro os dízimos dos principais produtos do campo, da vinha e das oliveiras; os dízimos dos animais (Lv 27,32s) há tempo não eram mais arrecadados. No tempo de JESUS o zelo dos fariseus estendia a obrigação dos dízimos até aos produtos secundários da horta (Mt 23,2-3.23).

Todo israelita adulto era, além disso, obrigado a versar todo ano a didracma pelo Templo (Mt 17,23) que devia ser paga em moeda judaica, o que tornava necessários, nas adjacências do edifício sacro, verdadeiros serviços de câmbio.

## **2.2. O contexto religioso: Doutrina e prática religiosa**

### **DEUS e a Lei**

Duas vezes ao dia o piedoso israelita, recitando a fórmula do “ouve, Israel”, professava solenemente a sua fé num DEUS único: “ouve, ó Israel: JAVÉ é o nosso

---

<sup>80</sup> As primeiras lições eram fornecidas pelos pais; ensinavam-lhes as proezas dos antepassados, a lei ...; parece que antes da destruição de Jerusalém cada cidade tinha seus mestres e os pais tinham a obrigação de levar os seus filhos de 6 a 7 anos.

<sup>81</sup> *Ant.* 14,5,4, § 91.

DEUS, JAVÉ é um só”, e o acento era colocado com força e prolongado sobre um só. A mesma convicção era compartilhada por JESUS e pelos escribas.

Deste DEUS, Israel conhecia o nome, o sacro tetragrama JHWH, revelado pelo próprio DEUS; mas o temor de profaná-lo pronunciando-o com lábios impuros e a vontade de se distinguir dos pagãos que contavam às dezenas os nomes dos deuses os tinha induzido, já antes da era cristã, a evitar de pronunciar o nome próprio de DEUS; pouco a pouco foi sendo subtraído ao uso comum até o mesmo termo “DEUS” (El, 'Elohim, 'Adonâj). Os Setenta tinham substituído o tetragrama pela palavra “ku,rioj”, Senhor. Na leitura pública e no uso quotidiano se adotavam vozes equivalentes: o Céu, o Nome, a Glória, o Lugar, a Morada, o Altíssimo, o Santo, o Misericordioso etc.

Não se deve pensar, porém, que tal acentuação da transcendência divina viesse a destruir todo o senso de aproximação e de amor para com DEUS. A invocação de DEUS como “nosso pai”, “nosso rei” testemunha a confiança ilimitada depositada por Israel no seu DEUS. Rei e Pai não somente da nação em sentido coletivo, mas, conforme aos últimos desenvolvimentos bíblicos (cf. Eclo 23,1-4; 51,10), também em sentido íntimo e pessoal. Contudo o uso de invocar DEUS simplesmente como “Pai”, embora não fosse ignorado pelo judaísmo, está praticamente ausente na oração dos israelitas. Nisto há uma diferença clara no NT no qual o uso de JESUS e o seu exemplo serão determinantes. Não só DEUS é invocado aqui afetuosamente como “Pai”, mas é introduzido até na oração litúrgica o apelativo familiar que as crianças usam para o seu pai terreno: “Abba”, isto é, “papai” (Gl 4,6; Rm 8,15).

### **Privilégios**

O sinal sensível da grandeza e da eleição de Israel era a Lei: nome com o qual depois do exílio se designava o corpo da legislação sinaítica e o conjunto das normas que dele se derivaram. Para o judaísmo neotestamentário a lei não somente constituía um motivo de orgulho nacional (Jo 19,7) mas representava um absoluto: a lei era a salvação, a fonte de água viva, a soma de todos os bens; mesmo o Messias não teria salvo os justos sem pregar a lei. Disputava-se entre as várias escolas e divisões sobre aquilo que dizia respeito às “tradições”, mas a lei era intangível. Mesmo JESUS convalida, embora com espírito diferente, a convicção geral: até passarem o céu e a terra, não passarão um i ou um til da lei, sem que tudo se cumpra (Mt 5,18; Lc 16,17), e dela aduz testemunho em seu favor (Jo 5,39). A Lei é luz, é vida; ela estava no princípio junto de DEUS, e DEUS a estudava e se comprazia nela! Todos os seus preceitos,

mesmo os mínimos, são obrigatórios: violar um só destes preceitos significa conculcar toda a lei e quebrar o jugo de DEUS, jugo que os rabinos exaltavam como bem supremo. Com JESUS porém não se dava o mesmo (Mt 23,4), nem com Paulo (Gl 3,19.21; Rm 7,4).

### **Anjos e demônios**

Entre os judeus no século I de nossa era a crença na existência e atividade de um mundo dos espíritos, anjos e demônios, era geral. Apenas os saduceus discordavam (At 23,8). Mas deve-se notar que tal crença nunca se traduziu por práticas idolátricas, como era o caso para os espíritos e divindades inferiores na Síria, na Babilônia ou na Pérsia. Para os judeus, os anjos e os demônios deviam sua existência a um mesmo criador, exerciam suas atividades sob dependência dele e não podiam ser objeto de um culto de adoração. Eles constituem dois mundos opostos, em luta um contra o outro, sendo este dualismo de ordem moral: não tem raízes metafísicas. Os anjos constituem a corte de DEUS, sendo Seus mensageiros em número infinito (Dn 7,10; Mt 26,53; Lc 2,13).

Papel importante na promulgação da Lei (At 9,37; Gl 3,19), são postos à frente do governo de diversos elementos do cosmo; outros incumbidos de revelar os segredos e desígnios divinos; outros vigiam os homens justos e lhes vêm em socorro. Divididos em vários grupos: Serafins, Querubins, Potestades, Principados, Dominações, Tronos etc. Encargos específicos superiores são desincumbidos por príncipes angélicos designados habitualmente como arcanjos: Miguel é o chefe dos exércitos de JAVÉ, patrono e defensor do povo de DEUS e introduz as almas na presença de DEUS; Gabriel é o anjo da revelação, partícipe e portador dos segredos divinos; Rafael é o anjo das curas corporais e espirituais.

Em oposição tem o mundo dos demônios ou diabos, anjos decaídos, “espíritos maus” ou “imundos”, adversários de DEUS e dos homens (Sb 2,24; Gn 3,5), que por própria culpa perderam a qualidade de seres celestes e desempenham sua atividade para o mal. Eles são iguais aos outros quanto à natureza e se diferenciam deles somente pelas funções que lhes são confiadas; Satanás, o acusador (cf. Jó 1,6ss; 2,1-10; Zc 3,1ss; 1Cr 21,1 e ver 2Sm 24,1 e Sb 2,24), é o chefe supremo, cujo poder será aniquilado nos tempos messiânicos (cf. Mt 12,24.28; Lc 11,15).

## **O Messianismo**

De acordo com as fontes oficiais do judaísmo, a doutrina sobre o Messias possuía bem pouco relevo entre os rabinos contemporâneos de JESUS CRISTO. O destino judaico punha o acento mais sobre a restauração da nação que sobre a pessoa do Messias; reconhecia que todas as profecias se referiam aos dias do Messias, mas na prática a exegese realçava muito mais as referências à lei que ao Messias e aquela ocupava um posto muito mais importante que este.

Quaisquer que possam ser as razões deste relativo silêncio (havia sem dúvida a preocupação de não tornar impossível a existência sob os romanos) não há dúvida que o messianismo e a esperança do reino de DEUS, que palpita em todo o AT, fermentava nas massas que circundavam JESUS CRISTO. Flávio Josefo atesta-o dizendo que uma das causas do conflito teria sido a expectativa de um rei da sua estirpe, o qual, segundo “um oráculo ambíguo”, “teria dominado sobre a terra toda”. Os evangelhos documentam a vivacidade da expectativa. Não são somente os discípulos que desejam “a redenção de Israel” (Lc 2,38; 24,21) e a restauração do reino (At 1,6) mas também os doutores e os magistrados de Jerusalém: Os Evangelhos atestam o ardor da expectativa messiânica no tempo de JESUS: Lc 7,19; Jo 1,19-22; 10,24; Mt 26,63); a expectativa da multidão com dificuldade podia ser refreada (Jo 6,15) e explodia na entrada triunfal de Jerusalém (Mc 11,9-10). O sacerdote Zacarias, a profetisa Ana, o justo Simeão, como Herodes (Mt 2,8) e a Samaritana documentam a difusão da fé no advento do Messias (Jo 4,25).

## **Escatologia e retribuição**

Entendemos por escatologia os últimos destinos da humanidade, compreendendo fundamentalmente a ressurreição, o juízo e o estado final. No limiar porém da era neotestamentária as incertezas sobre a idéia da responsabilidade e da retribuição individual (“vida” para o justo e “morte” para o ímpio) sublinhada energeticamente por Jeremias (31,29s) e sobretudo por Ezequiel (c. 18) por ocasião da crise do exílio; a fé numa ressurreição futura dos mortos, para obter parte no reino messiânico, isto é, na restauração de Israel (2Mc 7,9.14.36; 12,44.46; 14,46; Dn 12,1-3); o aprofundamento do conceito de vida e de morte bem como a compreensão que se tornara cada vez mais clara, em contato com o helenismo, dos dois elementos que compõem o homem, tinham lançado um raio de luz sobre o mistério da vida eterna. O livro da Sabedoria descreve as “almas” dos justos... nas mãos de DEUS, no gozo da paz

e cheias de esperança na eternidade, e prevê uma futura visita ou dia de julgamento (Sb 3-5), após o qual os justos gozarão de uma imortalidade beatífica junto de DEUS e os ímpios serão punidos.

Ainda mais nítida é a idéia da retribuição individual imediatamente ao termo da vida, no ensinamento rabínico, exceto dos Saduceus (Mc 12,18-27). Os justos serão acolhidos no seio de Abraão, os ímpios serão precipitados na Geena (cf. Lc 16,22-23).

O piedoso israelita nutria a esperança de uma vida futura, mas não sabia como se realizaria seu anseio: estado de semisono, letargia no Sheol, na companhia dos que se arrependeram? (Eclo 17,24-29). Temos duas soluções:

1. Doutrina da ressurreição no ultimo dia (Dn 12,2; Mt 22,23-33; At 4,1-2; 23,6-8).

2. Sobrevivência no Sheol (2Mc 12,43-46) com retribuição individual no além sem nenhum aceno à ressurreição dos corpos (Guerra Judaica, II,8,11).

### **Culto e moral**

A vida religiosa oficial dos judeus palestinos desenvolvia-se toda em Jerusalém, no templo renovado por Herodes, glória e centro espiritual do judaísmo. O culto era celebrado aí com solenidade e esplendor. Ninguém podia nele entrar sem ter feito antes os ritos da purificação legal. Em conformidade com a lei (Ex 29,38ss) duas vezes ao dia, ao despertar e ao pôr do sol, devia-se imolar, pela expiação dos pecados do povo, o holocausto quotidiano do cordeiro, acompanhado pela oblação de farinha, de óleo e de incenso (Lc 1,9). Sacrifícios mais solenes eram feitos por ocasião da festa da expiação anual (kippûr), das neomênias ou luas novas, do novo ano e dos sábados: a festa da expiação e a do ano novo pertenciam às denominadas “festas graves”, enquanto animavam os fiéis ao espírito de penitência, despertavam o senso do pecado e o desejo de se purificar dele; a primeira - chamada a festa por excelência ou a mais santa das festas - era dominada pelo grande ritual expiatório do Lv 16; a segunda comemorava a criação do universo e a realeza de DEUS.

Três festas atraíam a Jerusalém multidões de peregrinos. A Páscoa, comemoração da libertação do Egito, celebrada em torno do banquete do Cordeiro; o Pentecostes ou festa das semanas, na conclusão da messe para agradecer a DEUS a boa colheita, e recordação do “dom das leis”; a festa dos Tabernáculos, festa da colheita no fim do ano (Ex 34,22), para agradecer a DEUS os frutos dos campos, e recordação da estadia de Israel no deserto sob tendas e da criação da nação. A partir de 13 anos

completos os meninos eram obrigados a cumprir toda a lei. Por isso, MARIA e José levaram JESUS na peregrinação para Jerusalém, quando ele tinha 12 anos, para assim acostamá-lo a participar na peregrinação (cf. Ex 33,17; 34,23s; Dt 16,16s).

A liturgia dos sacrifícios concedia um lugar cada vez mais amplo à oração: os fiéis gostavam de assistir às cerimônias e tomar parte nelas respondendo às aclamações dos sacerdotes. Não é de admirar que os apóstolos também subissem ao templo na hora dos sacrifícios (At 2,46; 3,1; cf. 21,23s).

A estas celebrações oficiais, que gravitavam em torno do templo, acrescentavam-se práticas às quais cada hebreu estava vinculado: entre todas obtinha o primeiro lugar a observância do sábado e da circuncisão. Na circuncisão os rabinos viam o sinal da aliança com DEUS, o sinal que permitia participar de todos os atos da religião e assegurava a posse da salvação futura (1Mc 1,60-63; cf. 1,13-15). A circuncisão praticava-se entre o oitavo e o décimo segundo dia depois do nascimento. O sábado é o dia que DEUS reservou a si: é um sinal da aliança e, observando-o, o israelita torna-se testemunha do Criador e participa da sua santidade (cf. 1Mc 2,32-41). A oferta dos primogênitos recordava a todos com insistência que o povo e a terra pertenciam a DEUS, enquanto ao menos uma peregrinação anual a Jerusalém consolidava os vínculos com DEUS, com o templo e os organismos centrais da nação. Ao dever da instrução e da oração pública satisfaziam semanalmente as reuniões sinagogais.

A piedade privada de cada um foge pela sua natureza ao controle extrínseco da história: o hebreu devoto orava duas vezes ao dia: a necessidade da oração era inculcada quer com a prática quer com preceitos formais; seu valor era julgado superior aos sacrifícios, às obras boas e, por alguns, ao próprio estudo da lei. O dia todo devia ser emoldurado pela oração: além da oração três vezes ao dia na hora do sacrifício da manhã e da tarde, e na hora de fechar as portas do templo, todo hebreu piedoso rezava também antes e depois das refeições. Largamente praticado era o jejum com o fim de expiação e impetração; os fariseus jejuavam duas vezes por semana, nas terças e quintas-feiras (cf. Lc 18,12; Mc 2,18).

As repercussões da religião na vida social e moral notavam-se particularmente na obrigação da caridade e da esmola para com os membros da comunidade israelita, esmola que os fariseus praticavam com ostentação igual à das outras práticas (Mt 6,2ss), e no costume matrimonial e pré-matrimonial, nos quais os hebreus superavam de muito o nível médio do mundo greco-romano. “Na moral judaica

a caridade não é somente objeto de um conselho, mas constitui um verdadeiro preceito”<sup>82</sup>, o seu horizonte estava odiosamente limitado aos membros da comunidade (cf. Mt 5,43). A mesma prática e os mesmos princípios valem também para a esmola.

A Lei, observada ainda no tempo de JESUS CRISTO (Jo 8,4), ameaçava a pena de morte para os adúlteros e a permissão de divórcio estava subordinada à concessão do libelo do repúdio (Mt 5,31).

### **3. O contexto econômico e social: As divisões do judaísmo**

#### **Condições sociais e econômicas**

Na sua posição geográfica de corredor entre dois continentes, a Palestina nunca foi etnicamente homogênea. Se em Jerusalém e na Judéia o elemento judaico tinha uma preponderância quase absoluta, Jericó e as cidades do litoral mediterrâneo apresentavam um vulto cosmopolita; o bloco samaritano, no centro da Palestina, rompia a unidade do país, enquanto a Galiléia, embora os hebreus preponderassem nos seus centros rurais, permanecia sempre, sobretudo nas cidades, a “Galiléia dos gentios” (Mt 4,15). À medida que aumentava na Peréia, na Traconítide e na Decápole, o elemento estrangeiro terminava por prevalecer, reduzindo os hebreus à posição de minoria tolerada. Por sua vez os hebreus deviam tolerar as minorias pagãs nas próprias regiões. O evangelho pressupõe quase a cada passo esta situação cosmopolita (cf. Lc 6,17; Mc 5,20; Mt 5,47; Jo 12,20).

Abismos não menos profundos sulcavam a Palestina sob o ponto de vista econômico e social. Se teoricamente a sociedade judaica era democrática e o orgulho de ser filhos de Abraão (Mt 3,9; Jo 8,39s) transcendia as diferenças sociais e econômicas, isto não impedia que várias aristocracias levantassem seus braços sobre a massa do povo. O fato mais relevante do ponto de vista social é a falta quase total de uma classe intermédia entre estes ricos e os pobres. Como em Lc 16,19-31 (parábola do rico e Lázaro), os extremos se tocavam. A parábola representa sem dúvida um caso extremo, mas pinta uma situação econômica e moral que transparece, como filigrana, de todo o evangelho.

---

<sup>82</sup> J. BONSIRVEN, *Le judaïsme palestinien au temps de Jésus-Christ*, II, Paris 1935, 249.

## Os fariseus

O farisaísmo era a seita judaica oficialmente mais autorizada na época de CRISTO. Suas origens não são conhecidas com exatidão. Muito provavelmente devem ser procuradas naqueles grupos dos hasideus (hasidim: os pios) que aderiram à insurreição macabeia para a defesa da fé nacional (1Mc 2,42; 7,12s; 2Mc 14,6), mas separaram-se dela depois por causa da usurpação do sumo pontificado por Jônatas Macabeu (153 a.C.) e a política filo-helenística dos hasmoneus.

Ora perseguidos, ora protegidos pelos poderes públicos, os fariseus se apresentam na era neotestamentária como associação que visa em primeiro lugar aos ideais de santidade legal, unida por vínculos de uma observância rigorosa da Lei e das tradições dos patriarcas (Mt 15,1-7; cf. Mc 7,7)<sup>83</sup>.

Viver à maneira farisaica significava observar todas as sutilíssimas prescrições acerca dos sacrifícios, os dízimos, as abluções, o puro e o impuro, a esmola e o sábado e muitos outros preceitos minuciosos positivos e negativos (chegavam a contar até 613!); isso não era fácil numa região como a Palestina, habitada em grande escala por pagãos; e sobretudo exigia tempo e dinheiro, conhecimento não comum da Lei e autonomia econômica e social. Os aderentes provinham por isso geralmente de entre os ricos, os escribas, das camadas sociais mais abastadas (mesmo sacerdotais) e consideravam-se a aristocracia da piedade e da Lei, guias espirituais da nação (Mt 15,14), santos e justos (Lc 18,9-12), distribuidores de esmolas (Lc 16,14; Mt 6,2) aos pobres, ao “povo da terra”, dos quais se mantinham cordialmente “separados” (Jo 7,49).

Mesmo JESUS, ao que parece, era considerado, ao menos por alguns deles, como um do “povo da terra”, violador das purificações rituais (Mt 15,1-2), dos jejuns tradicionais (Mc 2,18-19), do repouso sabático (Mc 2,24; 3,2-6), amigo dos publicanos e dos pecadores (Mc 2,16).

Além desse zelo pela Lei, a associação dos fariseus se distinguiu por uma orientação doutrinal claramente integrista na linha da revelação e tradição antigo-testamentária. Ao contrário dos saduceus, professavam a fé na retribuição, na imortalidade pessoal e na ressurreição; acreditavam na existência dos Anjos e na providência de DEUS em harmonia com a liberdade humana; esperavam o advento do

---

<sup>83</sup> O termo grego «Farisai/oi» é a transcrição do aramaico «p<sup>e</sup>risajja'» = «separados», designação dada à seita, quanto parece, pelos adversários, porque eles se separavam da multidão considerada como impura; entre se eles se chamavam «haberin» = companheiros, irmãos, ou «qadosim» = santos.



Messias e do Reino de DEUS sobre a terra, suportando muito de malgrado o domínio dos Herodes e a potência dos romanos, na esperança de que um dia se realizasse a instauração da nação teocrática e a missão de Israel sobre a terra.

### **Os saduceus**

Aliados dos fariseus na hostilidade a JESUS, mas seus adversários irredutíveis no modo de entender e na prática religiosa, aparecem no NT os saduceus.

Também as suas origens são obscuras. A designação saduceus os relaciona com Sadoq, sumo sacerdote que Salomão substituiu a Abiatar (1Rs 2,35); com efeito nessa época a elite dos saduceus é representada pela alta aristocracia sacerdotal. É verossímil que também este movimento tinha surgido da usurpação do sumo pontificado por parte do macabeu Jônatas (153 a.C.). Como se separaram então da dinastia reinante os hasideus, precursores dos fariseus, assim também se entrecrocaram as altas esferas sacerdotais, os “filhos de Sadoq”, como o AT designa frequentemente os sacerdotes. O partido se reforçou no tempo de João Hircano (135-104 a.C.), o qual iniciou com eles uma feroz luta contra os fariseus, luta que, aberta ou fria, ficou como herança da associação até ao seu desaparecimento com a queda de Jerusalém (70 d.C.).

Nos tempos de JESUS CRISTO a seita tinha seus fundamentos nas altas famílias sacerdotais, as quais depois de terem sido tão desfavorecidas por Herodes gozavam, sob o domínio romano, de liberdade e de favores. Detentores do sumo pontificado e da maioria no sínédrio, praticamente dominavam o Templo e o andamento civil da nação; contrários às novidades, seguiam uma política realística filo-romana com uma certa tolerância para com o helenismo. Doutrinalmente os saduceus, que tinham também os seus escribas, estavam entrincheirados sob posições minimalistas e conservadoras, rejeitavam a fidelidade às tradições, aligeirando a fé dos antepassados, dos desenvolvimentos pós-exílicos e sapienciais. Em particular rejeitavam a fé na vida eterna e na ressurreição, não aceitavam anjos nem outros seres espirituais (cf. At 23,8), rejeitavam a providência e a idéia de uma ação de DEUS no mundo. A estas diferenças de credo se ajuntavam outras na prática litúrgica e jurídica; esta última em particular, assinalada pela grande severidade e rigor nas penas, contribuía para afastá-los do favor do povo em geral hostil, mesmo por causa de seu escasso espírito religioso e o contato com o estrangeiro.

Nos evangelhos são mencionados quase sempre em união com os fariseus (Mt 3,7; 16,1.6.11.12) e isoladamente uma vez por Marcos (12,18) e Lucas (20,27)

quando apresentam a JESUS aquele caso de dogmática que devia ser o seu argumento forte contra o partido oposto. Certamente eram saduceus os sumos pontífices que condenaram JESUS e perseguiram os apóstolos porque *anunciavam a ressurreição dos mortos em conformidade à de JESUS* (At 4,2; cf. 23,6ss).

### **Herodianos e zelotes**

Estas duas divisões se distinguem da precedente sobretudo pelo seu caráter político. Os herodianos são mencionados pelos evangelhos não somente na Galiléia (Mc 3,6), onde o poder estava nas mãos de Herodes Antipas, mas também na Judéia (Mc 12,13; Mt 22,16), onde os antigos reinantes tinham deixado vassalos. A sua aliança com os fariseus contra JESUS não significa conformidade com eles quanto à fé religiosa e política; ao invés pode-se bem presumir que fossem em matéria religiosa antes afins aos saduceus. Não foram um partido popular.

Os zelotes, ao contrário, têm afinidades com as fileiras do farisaísmo do qual representam a manifestação política extrema. Seu aparecimento clamoroso aconteceu logo após a morte de Herodes Magno quando a revolta animada por eles incendiou toda a Palestina. Depois da repressão sangrenta de Quintílio Varo (cf. At 5,37), o movimento ficou latente durante muito tempo sob as cinzas. Patriotas ardentes, nacionalistas fanáticos, não aceitavam outro soberano a não ser o DEUS de Israel; não se pode duvidar da sua presença dissimulada entre os ouvintes de JESUS, sempre na expectativa da centelha da revolta. Tomaram armas depois do reino de Herodes Agripa (morreu 44) e foram os principais responsáveis pela revolta judaica de 66. É incerto se o epíteto de “zelotes” dado ao Apóstolo Simão (Lc 6,15) indique a sua proveniência das fileiras dos zelotes.

### **Os essênios**

Enquanto os fariseus e os saduceus aparecem quase em cada capítulo dos evangelhos, os essênios nunca são mencionados. Até há poucos anos eram conhecidos somente por alguns testemunhos de Filo, Flávio Josefo e Plínio o Velho, e dependentemente destes falaram também dos essênios: João Crisóstomo, Hipólito e Eusébio.

A origem do nome essênios (“VEsshnoi”, mais raramente “VEssai/oi”) deve ser procurada nos substantivos aramaicos *hasên* e *hasajja* que significam respectivamente “os silenciosos” e “os devotos”. O testemunho de Filo e de Flávio

Josefo os indicava como cenobitas vivendo em comunidade de um mínimo de dez membros, espalhados pelas regiões da Síria-Palestina; Plínio punha seu centro principal ao ocidente do Mar Morto, ao norte de Engaddi, *gens sola... socia palmarum*<sup>84</sup>.

Tinham tudo em comum: desde o dia em que entrava na comunidade cada um entregava os próprios bens e vivia sem riqueza e sem propriedade, recebendo tudo dela. A veste oficial era branca, e era levada sem ser nunca mudada, até que se gastasse, o mesmo acontecia com os calçados. Era exaltado e se observava o celibato enquanto se vivia na comunidade. Depois podia-se voltar para a sua família. Cada comunidade de essênios era dirigida por superiores eleitos pelos membros efetivos dela; e havia cortes supremas de justiça cujo juízo era inapelável. O horário diário era subdividido do seguinte modo: antes do nascer do sol, levantavam-se para suplicar-lhe que surgisse; trabalhavam até cerca das onze horas; depois do trabalho dirigiam-se todos juntos à piscina para lavar o corpo na água fria; vestiam as vestes brancas rituais de linho e se reuniam num só refeitório considerado lugar sacro, proibido a quem não fosse membro efetivo: a oração do sacerdote iniciava e terminava a refeição tomada em silêncio. De modo análogo era dividida a segunda parte do dia. No sábado - rigorosamente observado - em lugares apropriados ouviam a leitura da Sagrada Escritura e a sua explicação. Embora fossem zelosos da Lei em todas as suas prescrições não subiam todavia ao Templo de Jerusalém nem ofereciam sacrifícios, mas enviavam somente ofertas. A admissão à comunidade era precedida por um ano de postulado para uma prova de observância integral da regra; seguiam dois anos de noviciado durante os quais os aspirantes eram gradativamente admitidos à vida dos membros efetivos, dos quais ficavam ainda separados até ao término da prova quando, se fossem julgados dignos, os aspirantes eram iniciados na doutrina essênica e emitiam “a profissão” tornando-se essênios perfeitos por toda a vida, a não ser que alguma grave falta provocasse sua expulsão da comunidade.

### **CONCLUSÃO: A NOVIDADE E UNICIDADE DE JESUS**

É absolutamente inadmissível considerar os ascetas de Qumrân como “cristãos antes de CRISTO” ou mesmo só como precursores diretos do cristianismo, levando em consideração as diferenças essenciais que contradistinguem os dois

---

<sup>84</sup> PLÍNIO, *Nat hist.* 5,15,73.

movimentos, apresenta-se contudo imprescindivelmente o problema dos contatos pessoais e das analogias. Se de fato deva pôr-se o problema e até que ponto ou se em termos de derivação e de empréstimo, deverá ser julgado prudentemente caso por caso, aplicando uma criteriologia científica adequada à complexidade multiforme dos fatos. Desta confrontação não sairá diminuída a originalidade do cristianismo. Todos os contatos e as analogias permanecem limitados a uma superfície exterior, quando não se devam explicar com a fonte comum do AT e da pregação profética. A religião de JESUS se funda sobre pressupostos ignorados por Qumrân. JESUS veio para consumir o AT mediante a pregação e a fundação do Reino de DEUS sobre a terra, a Morte e Ressurreição redentora e a promulgação de uma “lei nova“ interior, fonte de salvação para todos aqueles que aderem na fé a Ele. Nada de tudo isto se encontra em Qumrân, onde permanecem intactas as dimensões do AT, viciadas, além disso, por uma acentuação de legalismo e de dualismo radical.

JESUS é novo e único. Com as suas afirmações: “Ouvistes que foi dito ... mas eu vos digo” (Mt 5,22-48) ele ultrapassa e corrige o Antigo Testamento. Com as suas afirmações “Eu sou o bom pastor ... eu sou a porta ... eu sou a ressurreição e a vida ... eu sou o caminho, a verdade e a vida ... eu sou a videira ... eu sou a luz do mundo ... eu sou o pão da vida” ou ainda mais forte: “eu sou ...” Ele afirma a sua novidade e unicidade. Ele não veio para copiar ou repetir, o que outros já tinham falado, mas ele nos trouxe a definitiva e plena revelação de DEUS. Por isso, podemos concluir com a sua própria palavra: “Eu sou o caminho, a verdade e a vida (Jo 14,6), ...eu vim para que tenham vida e a tenham em abundância” (Jo 10,10).